

Contrato para a 3ª ponte é feito sem concorrência

AJ12566

Sem concorrência pública, o Governo do Estado já firmou contrato, pela segunda vez, com a empresa de consultoria Figueiredo Ferraz, no valor de Cr\$ 16,4 milhões, para elaboração do projeto de engenharia da terceira ponte. A informação foi dada, ontem, pelo secretário do Interior e dos Transportes, Lenildo Lucas, advertindo que "se alguém acha que tinha direito a entrar na concorrência, pode reivindicar em Juízo".

Quando se procura um projeto de engenharia, não se faz concorrência de preços, mas de qualidade. Nesse caso, a Figueiredo Ferraz, que elaborou o projeto básico da terceira ponte, há cerca de dois anos, ganhou outra vez", acentuou Lenildo Lucas, dando por encerrada a ausência de licitação pública para indicar o nome da firma de consultoria. Por sinal, a mesma coisa foi feita em relação à construtora Usimec, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), contratada por Cr\$ 900 milhões — valor que reajustado deverá ser aumentado para Cr\$ 1,5 bilhão a Cr\$ 1,7 bilhão —, para construir a terceira ponte.

No caso da Usimec, o secretário do Interior e dos Transportes explicou que para esta, por ser subsidiária de um órgão estatal, não seria necessário ser indicada através de concorrência pública, para construir a terceira ponte. Ambos os contratos foram firmados nos últimos dias e o início das obras "está dependendo — segundo Lenildo Lucas — de comunicação da Procuradoria Geral do Estado de que os terrenos desapropriados na Praia do Suá já foram liberados para instalação do canteiro de obras".

O processo de desapropriação se encontra na Vara dos Feitos da Fazenda Pública, onde será julgado nos próximos dias. As partes atingidas são as firmas Fibrasa — Indústria e Comércio de Fios e Embalagens S/A e Urbe S/A — Administração e Participações, que recebem oferta do Governo do Estado, no valor de Cr\$ 3,7 milhões, como indenização de 240.160 metros quadrados de terreno na Praia do Suá, aterro da Comdusa.

A Fibrasa, quando procurada, ontem, para comentar a oferta do Governo na desapropriação, adiou para hoje sua resposta nesse sentido. Enquanto isso, um dos sócios da Urbe S/A, Crisógono Teixeira da Cruz, foi

lacônico em sua declaração: "O Governo, ao promover a desapropriação, nada mais fez que se utilizar de um direito que a Constituição lhe reserva. A nós interessa que o valor da indenização seja justo, mas isso é assunto que já entregamos à ação da área própria, isto é, para nosso setor jurídico".

AGRADAR MINISTRO

Ao ser indagado sobre o andamento do processo de início da terceira ponte, com todas as consequências, o secretário do Interior e dos Transportes demonstrou uma clara preocupação pelos diferentes setores do Governo do Estado, de iniciar o mais rápido possível as obras de construção da terceira ponte, antes da visita ao Estado, no dia 18 de agosto próximo, do ministro João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento, acompanhado do presidente do BNDE, Marcos Viana.

Ambas as autoridades visitarão o canteiro de obras da terceira ponte, conforme prevê o Governo do Estado, e tudo está sendo feito para que a "inspeção" (como está sendo denominada a visita) se estenda mais além, com Reis Velloso e Marcos Viana podendo ver "obras" de verdade, conforme observou Lenildo Lucas.

Para que isso seja possível, Lenildo espera para dentro de 10 dias, os primeiros resultados do projeto de engenharia que será elaborado pela Figueiredo Ferraz, dando condições para que as obras da terceira ponte sejam iniciadas. Nesse tempo ele espera também receber, da Procuradoria Geral do Estado, a comunicação da liberação da área desapropriada no aterro da Comdusa, a partir de quando emitirá a ordem de serviço para a Usimec, encarregada de executar o projeto.

Quanto aos recursos, pelo menos para início da construção da ponte o Governo do Estado já encontrou também a solução: Vai utilizar, segundo Lenildo, uma dotação orçamentária no total de Cr\$ 150 milhões, "quantia que dará para tocar as obras durante 120 dias". Esses recursos são bastante valiosos para o Governo, que somente deverá ter o empréstimo de 50 milhões de dólares (equivalente a Cr\$ 900 milhões) liberado dentro de 90 dias.

Para levantar os Cr\$ 900 milhões, o Governo — ainda de acordo com Lenildo Lucas — já conseguiu o aval da esfera federal, aguardando agora o término do recesso parlamentar, em Brasília, no dia 31 do corrente, para que o presidente Geisel encaminhe ao Senado o pedido de aprovação para o empréstimo, junto a um pool de bancos da Inglaterra.

Para justificar a visita do presidente do BNDE, o secretário do Interior e dos Transportes disse que ela estaria ligada à participação da Usimec na construção da terceira ponte e também porque o mesmo órgão poderia mais tarde complementar os recursos que irão faltar para execução de todo o projeto. Fora de seu gabinete, soube-se que Marcos Viana poderia adiantar ao Estado, no dia 18, 30 milhões de dólares, equivalente a cerca de Cr\$ 550 milhões.

Quanto aos 50 milhões de dólares que o Governo do Estado está tentando conseguir na Inglaterra, não serão suficientes para cobrir todo o custo final da obra, estimada por Lenildo Lucas entre Cr\$ 1,5 e Cr\$ 1,7 bilhões. O pagamento da quantia financiada seria feito em 13 anos, com mais três de carência, conforme se informou.

Para reembolsar os gastos com a terceira ponte, Lenildo disse que já foi cogitada a cobrança de pedágio, como uma das opções a serem estudadas posteriormente. Ele, pessoalmente, confessou discordar desse meio de reembolso, mas disse que o assunto só será definido pelo Governo do Estado.

Sobre o prazo de construção da ponte, disse que o cronograma já traçado prevê três anos de duração dos serviços.

Indagado sobre a inexistência de desapropriações do lado de Vila Velha, Lenildo achou a pergunta fora de propósito e a seguir explicou que os acessos irão passar em área do 38º Batalhão de Infantaria e, por este motivo, algumas medidas deveriam ser tomadas durante sua construção. Não quis entrar em maiores detalhes sobre o assunto, alegando tratar-se de um problema de Segurança Nacional, em discussão com o Ministério do Exército.

Conclusão de obras não tem data

O prazo de conclusão da segunda ponte e acessos era desconhecido, ontem, pelo relações públicas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Cristóvão Tassar, que confessou ignorar também os problemas que a obra vem enfrentando para erguimento dos pilares 15 e 16. Tassar disse que estas dificuldades são "conhecidas de todos", mas não soube explicar quais serão suas consequências, no cronograma de entrega da obra, nem que soluções estão sendo adotadas.

O porta-voz do DNER também não confirmou os anúncios que vêm sendo feitos pelo Governo do Estado de que a segunda ponte seria entregue ao tráfego em novembro. O engenheiro Renzo, responsável pela fiscalização dos serviços que estão sendo executados pela Construtora Sergen, comentou há poucos dias que a solução para os problemas apresentados na construção do pilar 16 estava sendo procurada, condicionando a liberação de maiores detalhes à autorização do chefe do Distrito do DNER, Vitorino Teixeira.

Vitorino Teixeira, no entanto, quando

procurado, ontem, para informar sobre o andamento das obras da segunda ponte, não foi encontrado. Mesmo que fosse, advertiu Tassar que seria difícil a liberação de qualquer informação sobre a obra, pois Vitorino "não tem nenhuma novidade a dizer".

Algumas informações extra-oficiais dão conta, entretanto, que o cronograma de serviços da segunda ponte estaria demasiadamente atrasado, em consequência dos problemas que vêm ocorrendo na construção dos pilares 15 e 16. Esses problemas, conforme já revelou o ministro Dirceu Nogueira, dos Transportes, quando esteve em Vitória há cerca de um mês, dizem respeito às dificuldades que a empreiteira Sergen vem enfrentando, para fixar o pilar em condições de segurança.

Soube-se inclusive, que a Sergen ainda não conseguiu as condições necessárias para a fixação do pilar 16, embora as escavações sob as águas do canal da baía — onde os serviços estão praticamente parados há vários meses — atingissem profundidade superior a 20 metros. Nada se sabe, porém, sobre o pilar 15, que

também apresentava problema semelhante.

Paralelamente aos problemas, que vêm ocorrendo nas fundações da segunda ponte, alguns comentários extra-oficiais têm surgido, alguns dando conta inclusive de que a obra somente será entregue em abril do próximo ano — portanto, depois da administração do governador Elcio Alvares. O governador, aliás, ao contrário do que vinha ocorrendo, em entrevista à TV GAZETA, anteontem, não reafirmou que a 2ª ponte seria entregue em novembro, apenas tendo observado que seria concluída em seu Governo.

No DNER, os setores procurados para informar sobre a obra raramente fazem comentários nesse sentido, argumentando quase sempre "falta de novidades". Um dos funcionários do órgão afirmou, ontem, que o chefe do Distrito, Vitorino Teixeira "fala sobre qualquer coisa, menos sobre a segunda ponte". De fato, nas últimas vezes em que foi procurado para informar, Teixeira salientou que quando houvesse fato novo convidaria a imprensa para uma coletiva.